

China: economia zumbi



Por **HO-FUNG HUNG***

O declínio gradual do país começou há mais de uma década

No início dos anos 2010, o economista Justin Lin Yifu, ex-diretor do Banco Mundial ligado ao governo chinês, previu que a economia chinesa teria pelo menos mais duas décadas de crescimento acima de 8%. Ele calculou que, como a renda per capita do país na época estava aproximadamente no mesmo nível do Japão na década de 1950, e da Coreia do Sul e Taiwan na década de 1970, não havia razão para que a China não pudesse replicar os sucessos anteriores desses outros países do Leste Asiático.

O otimismo de Justin Lin Yifu ecoou entre os comentaristas ocidentais. A revista *The Economist* projetou que a China se tornaria a maior economia do mundo até 2018, ultrapassando os Estados Unidos. Outros fantasiavam que o Partido Comunista embarcaria em um ambicioso programa de liberalização política. No *The New York Times*, Nicholas Kristof, em 2013, escreveu que Xi Jinping iria “liderar um ressurgimento da reforma econômica e, provavelmente, também alguma flexibilização política”.

Muitos previram que o corpo de Mao seria retirado da Praça da Paz Celestial sob o governo de Xi Jinping. Liu Xiao Bo, o escritor vencedor do Prêmio Nobel da Paz, seria libertado da prisão. O cientista político Edward Steinfeld também argumentou, em 2010, que a aceitação da globalização pela China alimentaria um processo de “autoritarismo auto-obsolacente” semelhante ao de Taiwan nas décadas de 1980 e 1990.

Dez anos depois, a ingenuidade dessas previsões se mostra evidente. Mesmo antes do início da COVID-19, a economia chinesa havia desacelerado e entrado em uma crise de dívida interna, visível no colapso de grandes incorporadoras imobiliárias, como a Evergrande. Depois que Pequim suspendeu todas as restrições da pandemia no final de 2022, a recuperação econômica amplamente esperada não se concretizou. O desemprego juvenil subiu acima de 20%, superando o de todos os outros países do G7 (outra estimativa o coloca acima de 45%).

Dados sobre comércio, preços, manufatura e crescimento do PIB apontam para a deterioração das condições, uma tendência que os estímulos fiscais e monetários não conseguiram reverter. *The Economist*, agora, afirma que a China pode nunca alcançar os EUA; ademais, reconhece-se universalmente que Xi Jinping não é um liberal, já que ele dobrou a intervenção do Estado no setor privado e em empresas estrangeiras, silenciando vozes dissidentes (incluindo aquelas anteriormente toleradas pelo Partido).

Seria um erro pensar que fatores externos alteraram radicalmente as perspectivas da China. Em vez disso, o declínio gradual do país começou há mais de uma década. Aqueles que analisaram de perto os dados, além de distritos comerciais mais movimentados e dos empreendimentos de edifícios chamativos, detectaram esse mal-estar econômico já em 2008. Escrevi, então, que a China estava entrando em uma típica crise de superacumulação.

a terra é redonda

O seu crescente setor exportador acumulou uma enorme quantidade de reservas cambiais desde meados da década de 1990. Em seu sistema financeiro fechado, os exportadores têm de entregar os seus ganhos no exterior ao Banco Central, que cria o equivalente em “renminbi” (RMB) para absorver divisas. Isso levou à rápida expansão da liquidez do renminbi na economia, principalmente na forma de empréstimos bancários.

Porque o sistema bancário é rigidamente controlado pelo partido-Estado, com empresas estatais ou ligadas ao Estado servindo como feudos e vacas leiteiras de dinheiro para famílias da elite: o setor estatal desfrutava de acesso privilegiado a empréstimos bancários estatais, que eram usados para alimentar uma onda de investimentos.

O resultado foi um aumento do emprego, um *boom* econômico temporário e localizado e ganhos inesperados para a elite. Mas essa dinâmica também acabou deixando projetos de construção redundantes e pouco rentáveis: apartamentos vazios, aeroportos subutilizados, usinas de carvão e siderúrgicas excessivas. Isso, por sua vez, resultou na queda dos lucros, na desaceleração do crescimento e na piora do endividamento em grandes setores da economia.

Ao longo da década de 2010, o partido-estado fez periodicamente novos empréstimos na tentativa de frear a desaceleração. Mas muitas empresas simplesmente aproveitaram empréstimos bancários fáceis para refinar suas dívidas existentes sem adicionar novos gastos ou investimentos à economia. Essas empresas acabaram se tornando viciadas em empréstimos. E como acontece com qualquer vício, doses crescentes foram necessárias para gerar efeitos decrescentes.

Com o tempo, a economia perdeu seu dinamismo à medida que as empresas zumbis foram mantidas vivas apenas para sustentar as suas dívidas: um caso clássico de “recessão de balanço” que abalou o Japão depois que seu *boom* terminou no início dos anos 1990. No entanto, assim como essas questões ficaram cada vez mais claras para os especialistas no início dos anos 2010, elas foram censuradas na mídia oficial, ampliando a avaliação otimista de Justin Lin Yifu.

Enquanto isso, no mundo ocidental, uma rede de banqueiros e executivos corporativos de Wall Street tinha motivos para suprimir as análises mais céticas à medida que continuavam a lucrar atraindo investidores para a China. A ilusão de um crescimento ilimitado em alta velocidade foi a palavra de ordem no exato momento em que a economia entrou em sua crise mais grave desde o início da era da reforma do mercado.

Pequim sabe há muito tempo o que precisa ser feito para aliviar esta crise. Um passo óbvio seria iniciar uma reforma redistributiva para aumentar a renda das famílias e, portanto, o consumo das famílias, que, como porcentagem do PIB, está entre os mais baixos do mundo. Desde o final dos anos 1990, há apelos para reequilibrar a economia chinesa em favor de um modelo de crescimento mais sustentável, reduzindo sua dependência das exportações e do investimento em ativos fixos, como a construção de infraestrutura.

Isso levou a algumas políticas reformistas e redistributivas sob o governo de Hu Jintao e Wen Jiabao de 2003 a 2013, como a Nova Lei do Contrato de Trabalho, a abolição do imposto agrícola e o redirecionamento do investimento do governo para regiões rurais do interior. Mas o peso dos interesses instalados (empresas estatais, bem como governos locais que prosperam com contratos de construção e empréstimos bancários estatais que alimentam esses projetos) e a impotência dos grupos sociais que se beneficiariam de tal política de reequilíbrio (trabalhadores, camponeses e famílias de classe média), fizeram com que o reformismo não criasse raízes.

Os ganhos mínimos na redução da desigualdade no período Hu-Wen foram devidamente revertidos após meados da década de 2010. Mais recentemente, Xi Jinping deixou claro que seu “programa de prosperidade comum” não é um retorno ao igualitarismo da era Mao, ou mesmo uma restauração do assistencialismo. Trata-se, antes, de uma afirmação do papel paternalista do Estado perante o capital: aumentar sua presença nos setores de tecnologia e imobiliário e alinhar o empreendedorismo privado aos interesses mais amplos da nação.

O partido-Estado vem se preparando para as repercussões sociais e políticas dessa terrível situação. Nos discursos políticos oficiais, a “segurança” tornou-se a palavra mais pronunciada, eclipsando o termo “economia”. A atual liderança

a terra é redonda

acredita que pode sobreviver a uma crise econômica apertando seu controle sobre a sociedade, erradicando facções autônomas de elite e adotando uma postura mais assertiva no cenário internacional em meio à crescente tensão geopolítica, mesmo que tais medidas sirvam para agravar seus problemas de desenvolvimento.

Isso ajuda a explicar a abolição dos limites de mandatos presidenciais, em 2018, a centralização do poder nas mãos de Xi Jinping, a campanha implacável para erradicar as facções do Partido em nome do combate à corrupção, a construção de um Estado de vigilância cada vez maior e a mudança dos pilares da legitimação estatal: para além dos efeitos do crescimento econômico e para o fervor nacionalista.

O atual enfraquecimento da economia e o endurecimento do autoritarismo não são tendências facilmente reversíveis. Eles são, na verdade, o resultado lógico do desenvolvimento desigual e da acumulação de capital da China nas últimas quatro décadas. Isso significa que eles vieram para ficar.

***Ho-Fung Hung** é professor de economia política na Universidade Johns Hopkins. Autor, entre outros livros, de *Clash of empires*.

Tradução: **Eleutério F. S. Prado**.

Publicado originalmente no portal [Sinpermiso](#).

**A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.
Ajude-nos a manter esta ideia.**

[CONTRIBUA](#)